

## MEMÓRIA E PERFORMANCE NA AMAZÔNIA PARAENSE

Os estudos sobre oralidade têm alcançado, nas últimas décadas, um "status" antes só conferido àqueles referentes a temas condicionados ao "modus" escrito da palavra.

Considero, aliás todos bem sabemos, que se deve à Lingüística, sobretudo, a importância conferida aos estudos de oralidade, não sei se a própria Lingüística tem interesse nesse crédito, mas não há como pensar em oralidade sem associá-la às teorias saussureanas, que têm como matéria/matriz da sua investigação os pares mínimos significativos. Enfim, o que é o fonema, senão uma manifestação oral, primordial?

A importância conferida à oralidade pela Lingüística, com o passar do tempo, distendeu-se. A Lingüística deixou de se ocupar de uma manifestação, cujo interesse não foi apenas a de ser a primeira, no sentido cronológico, mas por ser a primeira, mesmo em termos numéricos de interessados. À idéia de que tal estudo era importante por se voltar para o sentido primordial do ato comunicativo, ou seja, por ser o oral a primeira forma de manifestação verbal, para alcançar um significado maior, uma vez que os estudos de oralidade cada dia cativam um maior número de adeptos.

Não descuramos, naturalmente, do interesse de outras ciências, que também deram o seu contributo para os estudos nessa área, como a Antropologia, por exemplo; mas foi a Lingüística que propiciou aos estudos sobre oralidade o "status" acadêmico de que ela dispõe hoje. Ainda não se trata de um espaço notável, mas já nos encaminhamos para o "foro de cidadania" conferido a outros campos de investigação.

Os muitos preconceitos em relação à literatura popular e aos assuntos relativos à oralidade, de modo geral, tomaram-se responsáveis pela maneira tímida como esses estudos foram encarados e a baixa produtividade de trabalhos acadêmicos voltados para o assunto.

Tomo como exemplo a minha experiência particular: senti-me comprometida com oralidade, por conta de um momento de reflexão sobre algumas teorias relacionadas com o estudo de mitos cosmogônicos e escatológicos. Em determinado momento constatei que não necessitaria, para entender e exemplificar aquelas teorias, de fazer precisamente uma caminhada até a Grécia, porque todos os exemplos estavam situados na "beirada" da minha casa.

Lembro que, em 1978, quando fazia dissertação de Mestrado, tive como leitura subsidiária para os es-

tudos de textos medievais, mais precisamente para estabelecimento do texto e leitura interpretativa das cantigas de Afonso Sanches, textos de Paul Zumthor, indicados pela minha orientadora: Profa. Cleonice Berardinelli. Era o início da minha carreira acadêmica. Desliguei-me dessas leituras por circunstâncias várias, levada por outros caminhos e interesses e, quando estava pensando em me afastar da carreira acadêmica, vi-me novamente enredada pelo interesse de melhor conhecer os caminhos apontados por Zumthor. Na verdade, senti-me renascer para a vida acadêmica, pois que os vinte anos de trabalho com o curso superior se haviam limitado à sala de aula. De certa maneira, sou grata aos estudos de oralidade, porque, se me aposentar hoje, o farei com a consciência de que contribuí para a formação de um grupo de estudos e para a formação de um acervo que deverá alimentar, por algumas décadas, a produção de trabalhos sobre oralidade, memória, cultura, etc. baseados nas narrativas orais populares da Amazônia paraense...

Quando o objeto de estudo é oralidade, de imediato, surgem questões pertinentes e, sobretudo, ligadas a essa área de investigação e que, por muito tempo, não foi considerado com o interesse que se lhe deveria ter sido conferido. Lembramos do fato das publicações sobre literatura oral terem privilegiado, em primeiro lugar, a reprodução de acervos, sem que se fizessem estudos que valorizassem as narrativas orais como produto de uma atividade interativa ou como atividade humana comunicativa que põe em relevo o contexto social que as propicia, que as alimenta. Vale, portanto, ressaltar que se faz necessário dar relevo aos elementos situacionais em que a produção desses textos acontecem.

Por décadas os pesquisadores da área foram conhecidos como "juntadores" de acervos, como se os registros orais fossem ocorrências dissociadas do homem e da vida. Não havia a preocupação de provar as possibilidades de estudos acadêmicos sobre o material recolhido. Estabeleceu-se, então, uma separação que a todos incomodou: de um lado as artes maiores (arte de elite, erudita), do outro as chamadas artes menores (a arte popular).

Nesse ponto, lembramos Antônio Cândido, na sua *Literatura e Sociedade* (1976), que comenta, ao destacar os estudiosos que se prendem à orientação erudita da teoria literária, olhando a literatura oral como

objeto de pouco monta, segundo ele: “*tais estudiosos não são capazes de perceber a atuação viva das formas orais na comunidade*”.<sup>1</sup>

Ao tratar desse assunto, na obra *O narrado e o vivido*, texto merecedor do Prêmio Sílvio Romero, em 89, Beth Rondelli<sup>2</sup> considera que examinando os textos orais, fora do seu contexto de produção ou de situação em que são narrados, “*o texto é apenas um de seus componentes e por isso tem pouco sentido*”.

Particularmente, eu não afirmaria assim tão categoricamente o desmerecimento do texto, fora do seu contexto de produção, e posso explicar: tomando como exemplo os textos do acervo IFNOPAP<sup>3</sup>, a maioria deles, mesmo descontextualizados, ainda são tão plenos de significados; até porque eles - e são tantos! - recriam e apresentam, situações de vida do homem, independente de espaço geográfico de onde se originem.

Mas não discordo de tudo de Rondelli, por considerar que se aliarmos aos significados dos textos as condições de produção, então estaremos diante de um trabalho imbatível, mesmo pelos mais exigentes exegetas e eruditos da teoria literária.

Independente dessa relação com o social e com o espaço de produção, vale ainda salientar que se o objeto de reflexão é o texto, não podemos dissociá-lo da condição de ser, ao mesmo tempo, enunciado/enunciação. Para nossos estudos, na área de Letras, por mais interesse que tenhamos pelos fatores de ordem social, histórico-temporal, etc, sendo os textos uma espécie de retrato de uma época, espelho de uma região e das condições de sobrevivência de um grupo, há os que vêm em levantamento de elementos dessa natureza motivos para os estudos sociológicos, antropológicos, folclóricos e nunca da área de Letras. Esquecem tais puristas que as manifestações orais são, sobretudo e sobretudo, “*modus*” de enunciar e, a partir do momento em que passamos da forma oral para a apresentação escrita, criamos um fato lingüístico, que constitui um dos mais instigantes estudos da área.

Na verdade, toda a nossa produção, em função do oral é literária, na essência da palavra. A diferença entre os nossos estudos voltados para a oralidade e os demais reside em certo modo de ser do objeto de investigação. E aqui, lembramos Nuno Júdice<sup>4</sup>, que questiona: “*perguntamos: não será esse primeiro nível \_ e aqui o autor se refere ao fato de, a certa altura do estudo do conto, mais particularmente, se passar da formulação oral para o texto escrito, ou seja, para a apresentação escrita do texto oral \_, já ele, um efeito literário em que o texto se representa na sua produção, indicando assim uma cena de realização estética que designamos como o espaço do contar, e que é a projeção literária, escrita, do contar enquanto pura oralidade?*”

Consideramos, ainda, que uma das questões que de alguma maneira intimida os trabalhos acadêmicos sobre a oralidade é uma permanente e impertinente questão quanto ao valor e ao peso do literário no texto oral. Verifica-se com o avanço dos estudos sobre oralidade o quanto essas questões são insignificantes ante a outras tão mais relevantes e pertinentes. Há tanto a se descobrir e a analisar nos textos orais, que não se justifica que os estudiosos de Letras se enredem, tão-somente, nas filigranas do sentido de literariedade que presidem os textos eruditos para dar *status* as suas pesquisas.

Ainda é Nuno Júdice, que afirma a certa altura das suas observações sobre o texto oral:

“*Respondemos assim à questão - O que é literário? - com o próprio texto, a partir do momento em que este permite aceder a um nível segundo de sentido [...] e definimos esse segundo nível como um espaço concreto, susceptível de descrição e de estruturação em termos conceituais, instaurando a narrativa oral como o momento “primal” da gênese narrativa*”.<sup>5</sup>

Dessa forma o texto oral é tomado como objeto primeiro na sua realidade lingüística e, a partir dessa realidade, para a configuração de um mundo - contexto - designado por textual. Apresenta-se em um espaço com elementos significantes, e a cada leitura e/ou interpretação é possível atribuir-se-lhe significados.

Há tanto o que descobrir, quando se pensa que o texto, resultante da performance, é matéria plena de personalidade e de subjetivismo. Há tanto a investigar-se, à medida que se encara o contador concreto, o autor, que se apropria de uma matéria factual (ou não) para engendrar a sua história, em que se vão conformar ou de-formar elementos, de acordo com a sua imaginação, suas lembranças, seus esquecimentos e suas vontades...

Além de aspectos mais contextuais observáveis, há ainda uma rica matéria ligada: à escolha do gênero, em que se inclui a narrativa (romance, fábula, lenda, mitos, etc.); ao nível de abstração da linguagem (em alguns textos são quase nulas as manifestações nesse sentido, em outros, são inevitáveis as conotações).

Lembramos aqui *A lenda da galinha só*, narrativa contada por D. Domingas, contadora de história do município de Colares \_ Pará. Diz ela:

“*É uma galinha que parece, que a gente só ouve o barulho dela né, que vai chamando os pintos, e os pintos vão atrás piando. Foi ouvido por várias pessoas, mas ninguém sabe o por que disto, uma coisa assim certa, né. Só a tal mesmo da lenda, né. A gente não tem au-*

<sup>1</sup> CÂNDIDO, A (1976) p. 45.

<sup>2</sup> RONDELI, B. (1993) p. 31

<sup>3</sup> Título do Projeto Integrado: *O imaginário nas formas narrativas orais populares da Amazônia paraense*

<sup>4</sup> JÚDICE, Nuno.(1991). P. 21.

<sup>5</sup> JUDICE, N.(1991) p. 24.

tor, não tem nada escrito. A gente sabe porque foi passando de geração em geração”<sup>6</sup>

Este relato lembra W. Benjamin, quando afirma que: “A metade da habilidade de narrar reside na capacidade de relatar a história sem ilustrá-la com explicações, os condicionamentos da imaginação derivados da limitação de alguns esquemas narrativos e as articulações relacionadas com espaço e tempo.”<sup>7</sup>

Então, como ensina Bakhtin<sup>8</sup>: da mesma maneira que o sentido da palavra é dado pela linguagem, o sentido de uma história advém do seu “modus” e espaço de produção, do contexto de realização e da performance do contador.

Nas sociedades modernas, não se dispõe mais tão plenamente da figura dos bardos, dos sacerdotes responsáveis pela manutenção e coesão do grupo, através do hábito de repassar, não apenas as histórias heróicas e lendárias dos antepassados, mas também toda a sabedoria e ensinamentos responsáveis pela sobrevivência coesa da comunidade. Embora não seja assim, plenamente, ainda contamos com figuras invulgares, que, para nosso regozijo como pessoas e possibilidades de investigação enquanto pesquisadores, permanecem fazendo os seus relatos, conferindo novas roupagens a histórias ancestralmente relatadas, criando novas situações narrativas ou reunindo pedaços de passado memorável a fatos do presente.

Seu Mozart é um trabalhador braçal de 65 anos de idade, da cidade de Abaetetuba, localizada às margens do Tocantins. As histórias desse contador reconstituem experiências pessoais que se entrecruzam com histórias do passado em ambiência europeia. Nelas, príncipes das mais altas estirpes convivem com ribeirinhas saídas das aldeias plantadas às margens dos nossos rios. Um dos pontos mais instigantes nas histórias do Seu Mozart deve-se a uma certa apropriação lingüística tão bem acordada com as situações narrativas, que é difícil para o pesquisador não se quedar diante das possibilidades de investigação, inclusive do ponto de vista da linguagem.

A faceta mais sedutora da experiência com pesquisa em literatura oral é, sem dúvida, a que diz respeito à performance. É sobremodo envolvente e rica a convivência com o contador.

Aparentemente repetitiva e continuada, a experiência com o contador é na verdade uma permanente novidade. Mesmo quando a mesma história é contada mais de uma vez, pelo mesmo contador, há sempre algo de novo a ser observado. A originalidade do contar reside precisamente nas inserções que se possibilitam a cada novo contar. O que leva um ouvinte a ouvir várias vezes a mesma história é o fato de que não se trata apenas de um texto, mas é principalmen-

te o modo de contá-lo. Contar histórias requer uma espécie de domínio da linguagem teatral: gestos (largos ou contidos), risos, tom de voz, imitação de vozes, timbres... todo o corpo participa do contar com mais ou menos expressividade.

O texto produzido por um contador é sempre uma possibilidade de apresentação e combinação de elementos da tradição preservados, na maioria das vezes parcialmente, pela memória do grupo. O ouvinte tem interesse, ou mais precisamente, o interesse do ouvinte se faz em função do modo de contar. Em cada novo contar há também uma possibilidade reviver, de viver situações revividas nas histórias. Ainda que as situações já sejam do domínio do público, ouvi-las em nova performance é sempre um aprendizado aliado ao prazer. Para Ecléa Bosi<sup>9</sup>: “O narrador tira o que narra da própria experiência e a transforma em experiência dos que o escutam”.

Os estudos sobre oralidade, em geral, apontam para condições espaço-temporais acordadas com o ato de contar. Não há dúvidas de que determinadas condições favorecem e permitem ao contador um relato mais à vontade, mas o pesquisador não pode se dar ao luxo de esperar esses momentos adequados. Os espaços e tempos mais apropriados se fazem em função do contador. O Seu Monteiro, informante de Outeiro - distrito de Icoaraci (Pará), requer, para contar, todo um ritual: toma banho, muda de roupa e passa talquinho. Ou seja, prepara-se para a platéia. O seu Nogueira, contador de Bragança (Pará), também. A família é a sua permanente platéia. A Dona Maria, de Abaetetuba (Pará), faz questão de se pentear e de elevar, de vez em quando, às mãos ao cabelo para perguntar: “Estou bem assim”?

O tempo de contar, assim como o espaço, nem sempre é tão determinado. O dito popular, que determina “quem conta história de dia cria rabo”, é ainda respeitado em algumas comunidades. Mas a prática tem mostrado que a maioria dos contadores deixa de lado essa crendice para colaborar com os nossos pesquisadores, com atividades alocadas, em geral, no período do diurno.

Durante as sessões de contar, as situações podem ser tão diversas quanto o número de contadores. Alguns exigem silêncio absoluto, outros fazem questão das interferências e até as solicitam.

Há casos em que a fecundidade do contador se faz a partir da performance da sua audiência, que pode se dar ao luxo de “puxar” as histórias. Lembramos, aqui, a Dona Xica e o seu Manduca informantes referidos na obra *Belém conta...*<sup>10</sup> - sua técnica de narrar consistia em ir perguntando do pesquisador: “Você conhece tal história?”. Enquanto um deles contava, o outro ia confirmando ou negando os acontecimen-

<sup>6</sup> Narrativa do acervo do Projeto Integrado: *O imaginário nas formas narrativas orais populares da Amazônia paraense*.

<sup>7</sup> BENJAMIN, W. (1975), p. 63

<sup>8</sup> BAKHTIN, M. (1979). *Marxismo e filosofia da linguagem*.

<sup>9</sup> BOSI, E. (1979) p. 49.

<sup>10</sup> SIMÕES, Maria do Socorro & GOLDBERGER, C. (1995).

tos relatados. Terminada a história, voltavam a perguntar: "Quer mais outra?" e as narrativas iam desfilando ora no tom vigoroso do Seu Manduca, ora na voz pausada da Dona Xica.

Contar histórias é um evento comunicativo que possibilita a interação. Em algumas comunidades, observamos isso em Bragança, as pessoas se reúnem com o propósito de "contar" e assim o ato de contar passa a fazer parte de um modo de convivência. A memória familiar comum relaciona-se com todos os episódios materiais e morais da vida cotidiana e com a sua inscrição na memória pessoal dos sujeitos da comunidade. Tivemos a oportunidade de ouvir histórias contadas por quatro pessoas da mesma família, em uma manhã de quinta-feira, nos chamados campos alagados de Bragança. A maioria das narrativas envolviam fatos acontecidos/imaginados com/pelo o grupo familiar. A mãe, o pai, o sogro e a sogra de uma pesquisadora deslocaram-se para a região, em uma kombi, com um objetivo: contar histórias no campo. Essa experiência privilegiou, em princípio, as histórias de vida da família, assinaladas, naturalmente, de fatos inusitados.

Como tem sido dito contar histórias é uma atividade social e, do ponto de vista da comunicação, é sempre uma possibilidade de interação social, também. A tradição "reza" que os grandes contadores são sempre os mais velhos, por várias circunstâncias, sendo que aquela que melhor lhe credita é o fato de terem uma experiência rica acumulada. "O saber de experiência feito" camoniano bem que se ajusta a essa assertiva. Nas comunidades rurais, não raro, o con-

tador de história é também o conselheiro, o benzedor, aquele que detém os saberes e o domínio da experiência ancestral do grupo.

Embora quase não se possa mais contar com a figura estatuída do "memorável detentor da sabedoria ancestral do grupo", ainda dispomos de contadores, que sem dispor do estatuto referido, têm o respeito da comunidade e, sobretudo, o nosso respeito. O respeito de pesquisadores de literatura oral e popular.

## Bibliografia

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. S.Paulo: Huicitec, 1979.
- CÂNDIDO, A. *Literatura e sociedade*. S.Paulo: Nacional, 1976.
- BENJAMIN, W. *O narrador; os pensadores*. S.Paulo: Abril, 1975.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*. S. Paulo: Queroz, 1979.
- JÚDICE, Nuno. *O espaço do conto no texto medieval*. Lisboa: Vega, 1991.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- RONDELLI, B. *O narrado e o vivido*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1993.
- SIMÕES, Ma. do Socorro & GOLDER, C. *Belém conta...* Belém: CEJUP, 1995.

tos relatados. Terminada a história, voltavam a perguntar: “Quer mais outra?” e as narrativas iam desfilando ora no tom vigoroso do Seu Manduca, ora na voz pausada da Dona Xica.

Contar histórias é um evento comunicativo que possibilita a interação. Em algumas comunidades, observamos isso em Bragança, as pessoas se reúnem com o propósito de “contar” e assim o ato de contar passa a fazer parte de um modo de convivência. A memória familiar comum relaciona-se com todos os episódios materiais e morais da vida cotidiana e com a sua inscrição na memória pessoal dos sujeitos da comunidade. Tivemos a oportunidade de ouvir histórias contadas por quatro pessoas da mesma família, em uma manhã de quinta-feira, nos chamados campos alagados de Bragança. A maioria das narrativas envolviam fatos acontecidos/imaginados com/pelo o grupo familiar. A mãe, o pai, o sogro e a sogra de uma pesquisadora deslocaram-se para a região, em uma kombi, com um objetivo: contar histórias no campo. Essa experiência privilegiou, em princípio, as histórias de vida da família, assinaladas, naturalmente, de fatos inusitados.

Como tem sido dito contar histórias é uma atividade social e, do ponto de vista da comunicação, é sempre uma possibilidade de interação social, também. A tradição “reza” que os grandes contadores são sempre os mais velhos, por várias circunstâncias, sendo que aquela que melhor lhe credita é o fato de terem uma experiência rica acumulada. “O saber de experiência feito” camoniano bem que se ajusta a essa assertiva. Nas comunidades rurais, não raro, o con-

tador de história é também o conselheiro, o benzedor, aquele que detém os saberes e o domínio da experiência ancestral do grupo.

Embora quase não se possa mais contar com a figura estatuída do “memorável detentor da sabedoria ancestral do grupo”, ainda dispomos de contadores, que sem dispor do estatuto referido, têm o respeito da comunidade e, sobretudo, o nosso respeito. O respeito de pesquisadores de literatura oral e popular.

## Bibliografia

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. S.Paulo: Huicitec, 1979.
- CÂNDIDO, A. *Literatura e sociedade*. S.Paulo: Nacional, 1976.
- BENJAMIN, W. *O narrador; os pensadores*. S.Paulo: Abril, 1975.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*. S. Paulo: Quero, 1979.
- JÚDICE, Nuno. *O espaço do conto no texto medieval*. Lisboa: Vega, 1991.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- RONDELLI, B. *O narrado e o vivido*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1993.
- SIMÕES, Ma. do Socorro & GOLDER, C. *Belém conta...* Belém: CEJUP, 1995.